

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

DA AUDIÇÃO DA GESTORA PÚBLICA INDIGITADA PARA PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA PORTOS DOS AÇORES, S.A.

JUNHO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 18 de junho de 2024 e da agenda da reunião constava a audição da Senhora Dr.ª Sancha Madalena Castanheira de Oliveira Costa Santos, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.

O *curriculum Vitae* da Senhora Dr.ª Sancha Madalena Castanheira de Oliveira Costa Santos fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).

CAPÍTULO II

AUDIÇÃO DA GESTORA PÚBLICA INDIGITADA

A Senhora Dr.ª Sancha Madalena Castanheira de Oliveira Costa Santos, na qualidade de gestora indigitada para Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., a Dra. Sancha Costa Santos começou por apresentar o seu Curriculum Vitae, desde a sua formação académica ao seu percurso profissional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida fez o que chamou de “retrato” da Portos dos Açores: é uma empresa do Setor Público Empresarial Regional, detida a 100% pela Região Autónoma dos Açores e que resultou da fusão, em 2011, das administrações dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, dos Portos da Terceira e Graciosa, e dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental.

A Portos dos Açores tem por objeto a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento. Explicou ainda que a empresa tem o estatuto de autoridade tributária o que significa que há um conjunto de atribuições que cabem ao Estado e que são delegadas na Portos dos Açores, nomeadamente no que respeita à administração dos bens do domínio público (marítimo, hídrico e terrestre) que se acham incluídos nas suas áreas de jurisdição.

A empresa desenvolve a sua atividade em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores e tem como infraestruturas principais 14 portos, 5 marinas e 2 núcleos de recreio náutico, 2 terminais de cruzeiros (Ponta Delgada e Horta) e 9 terminais de passageiros (Ponta Delgada, Vila do Porto, Graciosa, Praia da Vitória, Angra do Heroísmo (construção), Velas São Jorge, Madalena Pico, São Roque do Pico e Horta) e conta com uma estrutura de recursos humanos de 283 colaboradores altamente qualificados e competentes para as funções que desempenham.

A Dra. Sancha Costa Santos também explicou o modelo organizacional da empresa em termos de negócio, ou seja, como operacionaliza aquilo que é a sua missão que se divide em três áreas principais: operações portuárias, operações náuticas e gestão dominial.

As operações portuárias são o “core business” da empresa e representam 85% do volume de negócios da Portos dos Açores e é uma área estratégica para a Região. Explicou que 98% das mercadorias que entram na Região circulam através de infraestruturas da Portos dos Açores por onde transitam anualmente mais de um milhão de passageiros; atualmente em termos de escalas de navios de cruzeiro a Região já conta com 200 escalas e mais de 150 mil passageiros associados a esse setor.

Por tudo isto a Dra. Sancha Costa Santos afirma que a empresa é mais do que estratégica para a Região, é uma empresa crítica, o funcionamento de toda essa atividade é crítico uma vez que o abastecimento das ilhas, bem como ao nível das exportações tem, de facto, uma importância singular na região.

Relativamente aos principais indicadores de atividade da empresa nos últimos anos, analisei a evolução dos indicadores principais em termos de movimentação de navios, embarcações,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

mercadorias, ligação de contentores, números de passageiros e escalas de navios de cruzeiro, o que se verifica é que existe uma evolução ao longo dos anos se retirarmos do período pandémico de 2020 e 2021 assiste-se a uma evolução muito positiva em todos esses setores.

A Dra. Sancha Costa Santos referiu também o segmento das operações náuticas, uma atividade complementar, mas também de extrema importância para a região e que engloba: gestão de infraestruturas de apoio à náutica de recreio (amarração, reboque, estacionamento em seco, entre outros). As marinas e os núcleos são infraestruturas que se revestem de elevada importância para os Açores tanto pelo desenvolvimento do turismo de qualidade, como pela prestação de serviços à população. É uma área que tem tido um crescimento significativo nos últimos anos fruto, por um lado, do aumento de infraestruturas e, por outro, pela contínua promoção efetuada em feiras internacionais do setor e a promoção de regatas envolvendo portos de recreio dos Açores. Atualmente, estão já ultrapassadas 4300 escalas de embarcações não locais no conjunto das marinas e núcleos de Recreio Náutico, bem como um número de tripulantes nesta área de negócio que ultrapassa os 17 mil por ano

No segmento da gestão dominial, nas diversas áreas da jurisdição da Portos dos Açores há um conjunto de atividades exercidas pela empresa: atribuição de licenças e concessões de ocupação, cedência temporária de edifícios / terrenos da Portos dos Açores, e concessões de espaços comerciais ou industriais, exploração de piscinas e zonas balneares, gestão das piscinas localizadas em Ponta Delgada, São Miguel (Complexo Piscinas de São Pedro e Piscinas das Portas do Mar). É uma área que também tem vindo a ter um crescimento muito assinalável nos últimos anos e que potencia uma série de negócios em torno de toda a atividade das marinas e de negócios que tem a ver com os navios de cruzeiros que tem registado uma expansão assinalável nos últimos anos, destacam-se da tendência das outras áreas de negócio fruto da grande promoção que tem sido feita nos últimos dez anos, sobretudo em feiras internacionais bem como da integração com a associação com a Portos de Cruzeiro.

Do ponto de vista financeiro a evolução que se tem verificado em todas as áreas tem reflexos muito positivos. Verifica-se que atualmente a empresa apresenta nos últimos anos resultados de exploração bastante interessantes e que no resultado das suas atividades o computo das receitas face às despesas já gera resultados operacionais assinaláveis. É, contudo, uma empresa que está envolvida com investimentos muito elevados nos últimos anos, é um montante muito acentuado, pese embora estes investimentos sejam financiados quase na sua totalidade por Fundos Comunitários e o remanescente por contratos-programa, necessita, no entanto, de financiamento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

uma vez que há um hiato entre o executar a despesa e o fluxo de receita, e isto gera algumas necessidades de financiamento avultadas e juros bancários.

Passou de seguida ao enquadramento das linhas de atuação estratégica da empresa: garantir uma administração e autoridade portuária relevantes, que assegurem o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região. Garantir a operacionalidade dos ortos é uma necessidade básica.

Sermos portos de excelência e de referência, com acrescentado valor geoestratégico no Atlântico, para os Açores e para Portugal Continental. Orientação para o cliente, Segurança/Saúde no trabalho, transparência e ética, práticas inclusivas, práticas solidárias, valorização das pessoas e do conhecimento, responsabilidade social, defesa do interesse público e responsabilidade ambiental, são um conjunto de vetores que devem estar sempre presentes naquilo que são os objetivos estratégicos da empresa.

Paralelamente, a Portos dos Açores tem um acionista que tem também a sua estratégia e, claro, a estratégia da empresa tem de estar alinhada com aquilo que são as opções em todo o momento, de modo que, as opções a médio prazo são também as opções que se encontram nas Orientações de Médio Prazo 2024-2028 no que respeita a diversos pontos: construção do porto das Lajes das Flores, dotar/adaptar a região com as infraestruturas aos novos paradigmas da mobilidade elétrica que são também orientações de Médio Prazo e que deverão ser observadas. A curto prazo, ou seja, este ano, para o ano e daqui por dois anos, há um Plano e Orçamento que está em curso, este Plano e Orçamento tem um conjunto de obras muito ambicioso, é para se cumprir e , portanto, são as prioridades imediatas : cumprir o plano, reunir com os colaboradores da empresa, tomar conhecimento dos projetos e das obras em curso e dar sequencia a todos esses projetos.

Na primeira ronda de perguntas usou da palavra o senhor deputado Francisco Lima (CH): não queria ser pessimista, mas o que vejo aqui do seu curriculum e da sua experiência profissional, achou-se competente para o cargo, naturalmente, e honrada, mas competências técnicas de portos e materiais relacionadas vejo muito pouco. Não estamos aqui para nomear um Presidente, uma direção financeira, um contabilista, mas alguém que perceba de portos, porque os desafios são grandes. Desde logo na composição do Conselho de Administração eu espero como os terceirenses esperam que tenha alguém da ilha Terceira, algo que não aconteceu recentemente, ou seja, não havia interlocutor. Em relação à minha experiência pessoal que tenho no relacionamento com o povo dos Açores é péssima, fecham-se no seu gabinete, não atendem os principais clientes, o problema das gruas, e falo por experiência pessoal, na Praia da Vitória é uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

desgraça, estão sempre avariadas, não há redundância, chegamos a ter uma grua parada, avariada cujas peças foram para as gruas de outro porto e ficou parada. Há aqui a questão, e é uma pergunta direta, de uma grua para ser entregue em agosto, tem conhecimento desse processo, se chega na data prevista? Pergunto também se tem conhecimento das implicações dos cruzeiros neste momento, nomeadamente no porto da Praia da Vitória, em relação ao cais de cruzeiros e a descarga comercial, uma vez que, neste momento, estão a impedir a descarga dois dias antes da chegada do cruzeiro porque alegam que precisam de 48 horas para limpar o porto. Uma empresa privada qualquer que fizesse a gestão desse porto em 12 horas fazia essa limpeza. As empresas privadas quando querem falar com a administração da Portos dos Açores não conseguem, só chefias intermédias que não tem qualquer poder, nem sequer qualquer competência para resolver os problemas. E, portanto, faço uma avaliação pessimista do seu curriculum e da sua experiência profissional. Pode ter muito boa vontade e também dou, de bom grado, o benefício da dúvida. Dou de barato que me possa vir a enganar em nome do bom funcionamento das coisas.

Na resposta, a Dra. Sancha Costa Santos começou por falar da questão profissional: compreendo as suas preocupações, mas a minha formação de base é gestão, uma formação que é transversal a todas as áreas. Claro que tem toda a razão quando diz que a inexperiência na área pode ser um constrangimento, mas entendo que uma empresa com 283 colaboradores tem um corpo técnico especializado as suas diferentes áreas e a minha função é de condução e não me vou substituir às pessoas que lá estão. As pessoas são competentes, têm as suas funções e eu tenho a minha que é de coordenação. Claro que vou conhecer as pessoas e conhecer os processos por dentro é uma mais-valia. Eu começo um pouco atrás e, portanto, vou ter de acelerar o ritmo para conseguir, de facto, a tudo corresponder, vou ter de ir a todo o vapor para corresponder. Relativamente às questões que me colocou a informação que tenho é que existem duas gruas encomendadas, uma para São Miguel e outra para a Praia da Vitória e que estão em fase de construção com data prevista de entrega em julho deste ano. Quanto à questão do Conselho de Administração não tenho conhecimento do terceiro elemento, não sei de modo que essa é uma questão que deve ser colocada ao governo regional. Neste momento a indicação que tenho é que para além da minha pessoa há já um elemento que está nomeado e, portanto, em relação à terceira pessoa não lhe consigo adiantar mais nada.

Na réplica o deputado Francisco Lima afirmou que a Dra. Sancha Costa Santos não terá uma palavra a dizer sobre o Conselho de Administração a que vai presidir e que é de nomeação política. Acha isso normal?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Respondeu a Dra. Sancha Costa Santos: nem sei o que lhe responder. Desde que o Conselho seja composto por pessoas que tenham competência nas várias áreas... existirão vários pelouros na Portos dos Açores, esses pelouros serão distribuídos pelas pessoas que forem indicados pelo acionista principal e, portanto, imagino que sejam que tenham competências para exercer as funções nesses pelouros.

A deputada Marlene Damião (PS) usou da palavra: começava por partilhar consigo que o anterior Conselho de Administração se acomodou nas instalações que tinham sido destinadas especificamente para os pilotos. Essas instalações foram ocupadas pela anterior Administração, tendo inclusive as instalações onde estava a Administração ficado encerradas, neste momento penso que são um armazém onde estão vários caixotes, portanto, nem sequer estão a ser utilizadas. Gostaria de lhe perguntar qual é a sua posição em relação à devolução destas instalações aos pilotos de Ponta Delgada, que continuam sem as acomodações destinadas à realização do seu trabalho por turnos, sendo este último o motivo principal para a construção deste edifício de operação portuária, e se a nova Administração pretende ou não regressar às instalações outrora utilizadas pela penúltima administração ou se se vão manter nas atuais destinadas aos pilotos?

Na resposta, a Dra. Sandra Costa Santos: referiu não conhecer por dentro as instalações da Portos dos Açores, mas se é como diz, claro que vou equacionar com bons olhos o regresso da Administração aquilo que são as instalações da Administração e devolver à parte operacional as instalações que, pelos vistos, foram construídas especificamente para eles. Vejo isso como natural, mas também não me quero comprometer sem antes conversar com os outros elementos do Conselho de Administração e ver em detalhe essas instalações que não conheço, mas da minha parte parece-me natural este regresso.

No uso da réplica a deputada Marlene Damião questionou: temos desde janeiro assistido a notícias relativamente ao atraso do transporte de mercadorias nomeadamente dos portos de Leixões e de Lisboa que tem sido alvo de análise e escrutínio quer de privados, quer de entidades públicas e, portanto, os efeitos que este atraso do transporte de mercadorias tem provocado levaram inclusive à notícia hoje anunciada (18 de junho de 2024) de um privado ter fretado um navio para o transporte de 500 viaturas que já se encontram em Lisboa há algum tempo a aguardar transporte para os Açores. Considerando também a posição do senhor presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada que defende a liberalização do transporte de mercadorias, gostava de lhe perguntar qual é a sua posição relativamente a esta matéria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Respondeu a Dra. Sandra Costa Santos: tanto quanto sei relativamente a esse assunto há legislação específica que rege a cabotagem do transporte marítimo. Da parte da Portos dos Açores cabe disponibilizar as infraestruturas operacionais por forma a poder dar resposta e peso que essa outra questão é competência do Governo. A minha posição relativamente a esse assunto é que estaremos disponíveis para discutir soluções alternativas e que sirvam melhor os Açores e os açorianos naquilo que compete à Portos dos Açores. Essas soluções ainda são um bocadinho prematuras, tenho que me inteirar melhor do que é que se está a passar relativamente a esse assunto, mas a legislação o que diz é que há determinadas regras, os armadores obrigam-se a determinados requisitos, de acordo com esses requisitos há um transporte que deve ser regular para todas as ilhas dos Açores. O que está a acontecer em concreto eu preciso de me informar melhor sob pena de depois ter que retroceder no que estou aqui a afirmar.

O deputado Joaquim Machado (PSD) usou da palavra: a Portos dos Açores é, conforme podemos voltar a testemunhar através da radiografia que fez da empresa, uma instituição determinante para a vida na nossa região considerando o serviço insubstituível que ela presta, nomeadamente pela circulação de 98% que importamos e exportamos, e essa dimensão não deve ser esquecida. Portanto, é muito relevante.

Começava por fazer um comentário à intervenção do senhor deputado Francisco Lima que estranhou a circunstância da senhora doutora não ter uma formação específica na área dos portos. Seria caso também para estranharmos a observação do senhor deputado que parece não saber como funciona uma empresa pública que é em sede de Assembleia Geral que são nomeados os seus administradores e não é propriamente a pessoa que é indigitada para presidir que faz a nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração. E percebendo um pouco a intenção do senhor deputado quando diz que é muito importante que esteja presente uma pessoa da Terceira, eu acho que é importante ter uma da Terceira, uma do Faial, uma de São Miguel, uma das Flores, uma do Corvo porque, de facto, a Portos dos Açores opera em todas. Acho que independentemente da origem geográfica da pessoa interessa é a competência e capacidade para ela realizar, enquanto administradora, aqueles que são os desígnios da empresa. Se se puder conjugar dois fatores que é ser um administrador competente e da Terceira, tanto melhor e espero que isto até venha a acontecer. Relativamente aquilo que são as competências da empresa e desempenho, acho que nada tem a ver com a questão colocada pela senhora deputada Marlene Damião porque os problemas de ligação e transporte de mercadorias entre o continente e a região nada tem a ver com a capacidade que aqui está instalada para receber essa mercadoria, tem a ver com o modelo de transporte marítimo que também está regulado e não é matéria que caiba à



Portos dos Açores. À Portos dos Açores cabe sim o investimento nas infraestruturas para que elas possam ter operacionalidade com eficiência que é aquilo que o cliente, e os clientes é o tecido empresarial regional, esperam. Nesse investimento dos últimos tempos aqui no porto de Ponta Delgada foi feito um investimento de 40 milhões de euros que naturalmente vem acrescentar operacionalidade ao porto, neste momento está em curso um outro investimento de 30 milhões na proteção do molhe, o porto vai dispor de uma grua nova, assim como o da Praia da Vitória, o senhor deputado Francisco Lima pode estar descansado quanto à grua que faz falta na Praia da Vitória e faz falta, por falta de investimento nos anos anteriores e manutenção dos equipamentos que lá estavam disponíveis e o porto de Ponta delgada ainda terá nos próximos dias uma mais valia significativa para a operacionalidade que é a chegada do novo rebocador. Tudo isto são boas notícias que acrescentam maior operacionalidade à Portos dos Açores. A senhora fez a referência à existência 283 colaboradores, de gente muito competente nestas áreas. E a pergunta que lhe deixo é esta: que mensagem traz para esses colaboradores?

De novo respondeu a Dra. Sancha Costa Santos: em tudo o que são documentos da Portos dos Açores há referências explícitas à estrutura do efetivo da empresa, há gráficos que mostram estruturas etárias, níveis de formação, níveis sinistralidade, enfim, mas não dizem o principal que é a ama da empresa. As pessoas são de facto o motor da empresa, são a alma da empresa. A empresa sem os seus colaboradores não é nada. Isto entronca na questão inicial da falta de experiência. Para mim a grande dificuldade ao entrar numa empresa nova é não conhecer as pessoas, porque isto não se conhece através de documentos, conhece-se com o convívio, conhece-se com a relação com essas pessoas. A mensagem que eu quero transmitir é que as informações que me chegam é que são pessoas empenhadas, competentes e qualificadas para as suas funções. A transição de Conselhos de Administração são períodos que geram sempre alguma ansiedade dentro das empresas. Também fico ansiosa por não os conhecer, são 283 pessoas que eu não conheço e eu sou uma pessoa que eles não conhecem. Entendo que as pessoas nos lugares certos, motivadas e se tiverem bem enquadradas nem se pode considerar trabalho, as pessoas fazem com gosto e é que levam a instituição à frente. A mensagem que trago é que terei muito gosto em estar com todos, conhecer, reunir, perceber que funções é que tem. Neste momento todos são indispensáveis e presumo que estão bem enquadrados. Neste momento não estou em condições de prever reestruturações de pessoal, se houver necessidade de algum ajustamento vai depender muito do conhecimento das pessoas e será sempre no sentido de melhorar o desempenho da empresa e com o acordo destas mesmas pessoas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Na segunda ronda usou da palavra o deputado Carlos Silva que começou por referir: a senhora falou da questão da necessidade de garantir um equilíbrio financeiro., não sei se tem conhecimento, mas foi feita uma auditoria. Foi encomendada uma auditoria à Portos dos Açores sobre os anos 2016 a 2020 e nessa auditoria vem classificada como dívida insustentável ao montante a rondar os 69 milhões de euros porque, tendo em conta aquilo que é a atividade da empresa, o prazo médio para recuperar, para conseguir pagar essa dívida de melhoria mais de 100 anos, tendo em conta a atividade que a empresa exerce, a verdade é que. Se em 2020 aquele montante que era considerado insustentável, que as palavras não são minhas, estou apenas a citar. Não concordo com essa apreciação, porque acho que, a empresa forças pelos investimentos que fez ao longo dos anos tem um valor diferente e que permite efetivamente recuperar estes montantes. Mas se o atual Governo, entendia que a dívida era insustentável. Em 2020, quando atingia cerca de 70 milhões de euros, a verdade é que se nós tivermos em consideração aquilo que estão nas contas no final de 2023, essa dívida, que para alguns era insustentável, ela duplicou e neste momento ronda os 134 milhões de euros. Pergunto como é que pretende efetivamente garantir esse equilíbrio, tendo em conta que em pouco mais de 2 anos, a dívida financeira da Portos dos Açores passou de 74 milhões de euros para cerca de 134 milhões de euros pela escrita, esse é um desafio enorme como é óbvio, já se está a fazer sentir nas contas da empresa. E o ano 2023 é bom reflexo disso, em que a empresa passou de resultados positivos em 2022 para resultados negativos. Um prejuízo em 2023 significativo que tem em conta não apenas os juros, mas também tem em conta também outros fatores que influenciam o resultado e, portanto, como pretende resolver um problema de dívida que foi considerado insustentável, onde ela duplicou em pouco mais de 1 ano.

A segunda questão tem a ver também com a sustentabilidade. É do conhecimento público que a necessidade muito grande de investimento na eletrificação dos portos, por de mais do que uma razão, por uma questão de navios de cruzeiros que já começam a tecnologia mais avançada e uso de combustíveis menos poluentes ou energias mais eficientes. E a outra questão também tem a ver com o facto de a região ter adquirido 2 navios elétricos para transporte de passageiros no grupo central.

Na audição que tivemos ontem perguntámos à responsável indigitada pela Atlânticoline e ela disse que não sabia se seria a Portos dos Açores ou a Atlânticoline, outra entidade a realizar os investimentos, de que forma pretende resolver essa necessidade de investimento na eletrificação dos portos e, se já tem isso como objetivo para os próximos anos?



A Dra. Sancha Costa Santos respondeu relativamente à dívida, temos que repartir em duas, a dívida duplicou, mas de facto há um contrato programa com a região de 60 milhões de euros, que inclui também os juros relativos a este montante e que tem a ver com a transferência de verbas dos danos causados pelo furacão Lorenzo, e, portanto, isto reduz em 60 milhões de euros essa duplicação que falou. Houve de facto um aumento significativo no juro, que se deveu também ao aumento das taxas, mas há uma dívida bancária neste montante, anterior, referir-me-ia ao ano de 2022, que é preciso assegurar e sanear financeiramente. Há várias formas em primeiro lugar, aumentando as receitas futuras e, portanto, aumentando o volume de negócios através de políticas de contenção de custos para libertar mais fundos para a atividade, renegociando a dívida e, portanto, mas são também questões que eu vou ter que ver agora com o acionista há várias possibilidades, a própria empresa gerar esses fundos, haver uma possibilidade de entrada de novos fundos. Aumentar as áreas de negócio, diversificar, de modo que a empresa consiga libertar maiores fundos porque, como sabe os juros que atualmente a empresa suporta, se, entretanto, formos amortizando parte do empréstimos também, e cada vez mais há uma libertação, a empresa hoje em dia, se retirarmos as amortizações liberta fundos, que é preciso ajustar o nível financiamento àquilo que a empresa consegue libertar, mas estou convencida que isto é possível, mas são questões que também tem que conversar com acionista, perceber as alternativas que existem, quais são as perspectivas e, portanto, nesse momento para mim ainda prematuro, mas que é uma intenção é um objetivo.

Relativamente à questão dos navios da parte da Portos dos Açores, o que tem de fazer, de facto, é ter de adaptar as suas infraestruturas portuárias, de modo a dar resposta aquilo que são os desafios nesse momento, aquilo que sei é ainda superficial sobre este assunto, que está a ser tratado entre a Atlânticoline e a Portos dos Açores, há vários intervenientes envolvidos. Os montantes de investimento previstos há neste momento não sei quais são, mas que serão agora também conversados com acionista, no sentido de facto, podermos dar resposta a este novo paradigma.

No uso da réplica o deputado Carlos Silva referiu: Eu percebo uma parte da resposta, há contrato programa, sim é verdade, tal como reconhece que o valor do mesmo, em primeiro lugar é inferior ao valor da dívida registada, logo há mais dívida contraída, além do furacão Lorenzo, e aqui fica desde logo evidente uma contradição não sua, mas sim do acionista na qualidade do Governo Regional, que considerava que a empresa estava insustentável do ponto de vista financeiro. Mas tudo fez para com que ela aumentasse a sua dívida. Isso é factual porque o contrato programa também não está a ser cumprido na íntegra, conforme denotam os valores que já aqui foram



mencionados. Isso coloca obviamente riscos acrescidos para a própria empresa, porque deveria ter sido a Região a assumir essa dívida e não obrigar a Portos dos Açores a assumir dívida que coloca em causa agora, a necessidade de dotar medidas de saneamento financeiro, conforme já referi e conforme também já vinha explicito na auditoria que foi encomendada.

E as perguntas que faço do ponto de vista de saneamento financeiro é uma das medidas que tinha sido abordada. Teria sido a possibilidade de alienar alguns ativos da Portos dos Açores, nomeadamente, Portas do Mar, Piscinas e Marina, é esse um objetivo que leva para o seu mandato de colocar essa hipótese em cima da mesa, alienar estes ativos ou concessioná-los a outras entidades? Esta é a primeira questão. Também falou aqui de que uma das possibilidades, obviamente, reduzir gastos e aumentar receitas será sempre a fórmula mágica que todos nós desejaríamos, a questão é, como é que o fazemos? Pergunto se tem como objetivo aumentar as receitas do tarifário da Portos dos Açores, que falou no aumento das receitas e, portanto, se é por via do tarifário da revisão do tarifário? Conforme já referi o aumento da dívida financeira da Portos dos Açores resulta sobretudo, de uma opção do Governo Regional, de uma política de endividamento zero que obrigou a empresa a endividar-se além daquela que deveria ser a sua real necessidade.

Segunda questão o investimento foi realizado em 2023 pela Portos dos Açores, apenas 62% foi referente ao furacão Lorenzo, o aumento da dívida não pode ser apenas referente ao furacão Lorenzo, ao investimento que foi feito para reparar estes danos. Uma última questão é do conhecimento público, que o seu antecessor, instalou um clima de medo dentro da empresa. Isso, obviamente traz repercussões, desde perseguições a trabalhadores que não concordavam com as opções que eram veiculadas, entre outras situações que são do conhecimento público, e a pergunta que faço, e penso que a sua postura denota exatamente isso, que é reverter alguns comportamentos que foram adotados no passado, e que obviamente contribuíram para provocar a desmotivação dos funcionários, utilizando as suas palavras como grande objetivo, que é devolver essa paz social, garantir a motivação dos funcionários, porque entende que os trabalhadores são de facto fundamentais para o desenvolvimento da atividade da empresa, pergunto se essa é também uma grande missão que leva para os próximos anos?

A Dra. Sancha Costa Santos respondeu: Em primeiro lugar se relativamente à questão da dívida bancária, o aumento de receitas relacionado com o tarifário, o tarifário é uma questão muito complexa, eu confesso que tenho de aprofundar, não vou tomar posição sobre isso, nem me comprometer com nada disso, porque nem com aumentos nem com reduções, porque tenho que perceber como é que estão construídos os preços, que é de facto complexo e ainda não tenho



ainda conhecimento suficiente para me pronunciar sobre isso. O aumento de receitas se pode fazer por via da diversificação das áreas de negócio. E a Região oferece também algumas oportunidades, por exemplo, a invernagem de embarcações e os serviços associados, no que diz respeito também à gestão dominial, há a possibilidade de diversificar com aluguer e concessão de espaços, de novas concessões, são tudo oportunidades que a Região tem, e que devem ser exploradas.

Relativamente à venda de ativos não tenho qualquer conhecimento sobre esta matéria neste momento, sinceramente não sei se está, ou se já foi alguma vez equacionado se não, portanto, deixo isso para mais tarde. Tenho todo o gosto em informar se tiver interesse, quando tomar posse e se assim acontecer.

Por fim em relação há paz social é de facto, um desígnio. Se as coisas estão de facto do modo como o senhor deputado refere, eu venho de uma instituição em que me dou bem com toda gente, conheço todos, do primeiro e último. Sei que é recíproco e lá por isso não deixo de exercer a disciplina, que tem que existir hierarquia, respeito, e, portanto, não consigo conceber uma organização com este clima, porque acho que não funciona, de modo que, se existe, de facto esse clima não faz parte da minha forma de ser, gosto de trabalhar com todos. Uma das particularidades que acho que tenho é aprender com quem sabe, isso também responde à primeira intervenção, senhor deputado, porque as pessoas dos seus ofícios sabem mais do que eu, eu sei do meu, eles sabem do seu e a humildade de aprender estudar as matérias, penso que é uma das melhores características, de modo que, espero sinceramente que esta paz, que pelos vistos se perdeu seja recuperada.

De seguida interveio o deputado Francisco Lima: antes da minha intervenção gostaria de usar de uma pequena réplica ao deputado Joaquim Machado e dou um conselho de quem chegou recentemente é que perca menos tempo a falar mal dos outros deputados ou daquilo que dizem e mais tempo a falar das suas propostas.

Sei muito bem que o governo regional é quem nomeia o Presidente, mas quando acusa o PS de ter nomeado alguém que não percebia nada do assunto para a SATA e que enterrou a SATA, agora se calhar também incomoda que o diga aqui que não reconheço na nossa convidada, não é competência, é competências técnicas. Isso é um facto que ficou aqui claro. Dou de barato que não perceba como funcionam as empresas, principalmente as privadas que não apresentam prejuízos para os contribuintes pagarem é normal que um Conselho de Administração seja uma equipa de trabalho e, portanto, se a senhora Presidente está aqui a dizer que nem sabe quem são



os outros, se ela sabe de gestão e aí discordo consigo quando diz que o gestor pode gerir tudo e um par de botas. Pode gerir em termos contabilísticos, agora gerir, perceber a estratégia, implementar a estratégia só por ser gestor isso conta pouco. Por tanto, se não sabe quem são os seus colegas então pergunto se forem todos iguais a si em termos de competências técnicas, ninguém percebe do assunto, quem é que vai gerir a Portos dos Açores? Por isso a minha pergunta mantém-se e é pertinente. Não falaram consigo sobre o resto da Administração.

Também o deputado Joaquim Machado gostou e muito bem de nós não estamos aqui a eleger nem deputados nem o círculo de compensação e, portanto, é evidente que um administrador da Terceira é importante porque os portos de Ponta Delgada, da Terceira e da Horta são os mais importantes ou quer que o administrador seja do Corvo? Já agora. E, portanto, as empresas quando funcionam e funcionam a sério, não é para brincar, e não é para pôr comissários políticos nos cargos, é evidente que os administradores têm que estar próximos dos problemas e onde há economia e clientes. É escusado virmos aqui com floreado de que temos de ter os funcionários todos satisfeitos é importante, é importante acabar com o clima de terror e perseguição que é público, mas é importante ter os clientes satisfeitos. Algo que não tenho visto na postura da Portos dos Açores. Permito-me corrigir o deputado Joaquim Machado quando falou da grua. De facto, a grua levou 20 anos a ser adquirida pelo PS e foi adquirida em 2020, mas por falta de manutenção a grua tem estado avariada em menos de quatro anos e que eu saiba a responsabilidade pela manutenção nos últimos três anos e qualquer coisa foi da Coligação, não creio que vá pôr as culpas da manutenção no PS que cessou funções em 2020. Volto aqui a referir e é uma pergunta se a senhora Presidente não acha preocupante o facto de no Conselho de Administração não conhecer os seus colegas e não ter ninguém que perceba do assunto?

Respondeu a Dra. Sancha Costa Santos: não conheço um dos colegas do Conselho de Administração porque um deles já foi nomeado há três meses e é um colaborador já de longa data da Portos dos Açores e, portanto, será uma peça fundamental no Conselho de Administração e na composição desse Conselho. Relativamente ao terceiro membro não conheço, de facto.

De seguida usou da palavra o senhor Deputado Joaquim Machado: tenho de dizer que discordo em absoluto desta visão chauvinista do senhor deputado Francisco Lima ao dizer que um administrador do Corvo não seria uma pessoa competente. Acha que um açoriano do Corvo é menos competente do que o senhor ou do que eu? Não é pela sua origem geográfica, não é pelo seu lugar de nascimento que será mais ou menos competente, mais ou menos útil na administração, neste caso da Portos dos Açores. Como a Dra. Sancha Costa Santos já referiu, um dos administradores da Portos dos Açores é um funcionário, quadro altamente qualificado da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Portos dos Açores, com uma experiência acumulada na empresa ao longo de muitos anos e que certamente é uma mais-valia numa equipa que, naturalmente, tem que ser multidisciplinar, tem que ser coesa, tem que ter ambição, tem que ser e é competente. Isso para nós é que releva. Daqui derivo para outra matéria que é a situação financeira da Portos dos Açores. A Portos dos Açores viu a sua situação financeira agravar-se nos últimos anos por via de uma coisa que é muito objetiva e que foi identificada já aqui no decorrer desta audição que é a falta de pagamento de 53 milhões de euros das obras de recuperação do porto das Lajes das Flores por via dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo. Porque, efetivamente, o Governo da República do Partido Socialista de António Costa só transferiu para a Região 10% dos 313 milhões de euros que estão identificados como despesa em vez dos 85% com os quais se tinha comprometido. E, portanto, é nesse diferencial que está, sobretudo, o agravamento das contas e o resto resulta, entre outras coisas, também do alto investimento que a Portos dos Açores realizou nos últimos tempos e que está a realizar. Naturalmente terá de ser compensada, uma parte desse investimento é cofinanciado por fundos da União Europeia, mas há outra parte que tem de ser assegurada pela região e, seguramente, o acionista dará conta dessa sua responsabilidade; sem esquecer, como muito bem já referiu a Dra. Sancha Costa Santos, o aumento das taxas de juro que impactou nas contas da empresa, sobretudo em razão da verba que não sendo transferida pelo Governo da República ficou à responsabilidade da Portos dos Açores na sequência de uma opção do Governo regional de endividamento tendencialmente zero. A questão que tenho para colocar à Dra. Sancha Costa Santos é se ainda com esse constrangimento que é mais temporal do que estrutural se a Portos dos Açores não continuará a fazer investimentos nas infraestruturas tanto no sentido da manutenção como acrescentando maior capacidade de operação e desse modo satisfazendo os clientes que tem em todas as ilhas da região?

Respondeu a Dra. Sancha Costa Santos: a Portos dos Açores tem um plano de investimentos para 2024 - 2026 que está definido e há um conjunto de investimentos previstos para 2024 no montante de 102 milhões de euros que integra parte do porto das Lajes das Flores bem como um conjunto de outras obras que visam aumentar e melhorar as condições de operacionalidade dos portos, o desenvolvimento bem como a aquisição de equipamentos produtivos para o desenvolvimento e resolver alguns constrangimentos que estão em curso.

Na réplica o senhor deputado Joaquim Machado disse: o que foi afirmado pelo senhor deputado Carlos Silva não corresponde à realidade e acho que não foram palavras muito prudentes, primeiro por não corresponderem à realidade, pelo facto do senhor deputado Carlos Silva não dispor de factos que possam comprovar o clima de medo e perseguição e outras coisas e também já agora,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

seja-me permitido, dizer, eu acho que não é muito elegante fazer acusações a alguém que não estando presente depois não se pode defender, neste caso o Presidente do Conselho de administração cessante. Da parte do PSD fica esta nota de que o clima que vai encontrar entre os 283 colaboradores da Portos dos Açores não tem nada a ver com aquilo que aqui ouviu.

Deu início à terceira e última ronda a senhora deputada Marlene Damião: a Dra. Sancha Costa Santos mencionou no início da sua intervenção a relevância do turismo de cruzeiros, tendo inclusive referido que este tem vindo a crescer nos últimos dez anos. Ao contrário do que o senhor deputado Joaquim Machado referiu relativamente à questão que eu coloquei dos constrangimentos do transporte de mercadorias nada ter a ver com a Portos dos Açores, sou obrigada a discordar porque, de facto, em paralelo com o crescimento do turismo de navios de cruzeiro, que naturalmente precisam de atracar nos portos dos Açores, quando se acumulam atrasos nos navios que operam o transporte de mercadorias, a chegada de mais do que um navio para recuperar o atraso deste transporte de mercadorias ao coincidir, como acontece muitas vezes, com dois, três e até quatro navios de cruzeiro, obriga a uma revisão da logística operacional dos nossos portos e, portanto, a pergunta que fiz e que faço novamente, inclusive ligando à referência dada, e muito bem, quanto ao turismo de cruzeiros, é de que forma se pode salvaguardar a boa logística operacional dos nossos portos atendendo ao cenário que temos vindo a assistir. Por último, e sem qualquer teor de presunção da nossa parte, até porque temos vindo a reunir com vários empresários cujos negócios dependem em exclusivo do transporte de mercadorias, uma vez mais contrariando o que foi dito, estaria na disponibilidade para reunir com os operadores de transporte de mercadorias e encontrar solução alternativa ao sistema existente e tentar, no fundo, perceber de que forma é que essa situação pode ser ultrapassada?

Seguiu-se o senhor deputado José Eduardo (PS): Dra. Sancha Costa Santos, ouvi as suas intervenções, ouvi-a já por duas vezes “en passant” a falar um pouco daquela que é a maior obra marítimo-portuária da região: o porto das Lajes das Flores. Sabendo que certamente hoje não terá os dados suficientes para me esclarecer, mas, e sendo que esta é uma das prioridades, aposto, do próprio programa e na intervenção da senhora Secretária regional das Infraestruturas, é uma das prioridades da região é a construção do porto das Lajes e porque em março falava-se na abertura das propostas do concurso que foi lançado em outubro de 2023, concurso por 172 milhões de euros, falava-se da abertura de propostas em abril, depois, no programa do governo, falava-se que seria em junho. Gostaria de saber, e tendo em conta que este será o maior dossier que a Portos dos Açores tem, o que pode dizer sobre o ponto de situação e o que pode dizer aos florentinos sobre esta maior obra da região porque aquela é uma obra que demora e que é muito necessária



para todos os florentinos e até para o governo regional deixar de ter outros constrangimentos como o aluguer de barcos.

O deputado Jaime Vieira (PSD) também usou da palavra: o cargo que vai ocupar é de grande responsabilidade, mas não tenho dúvidas nenhuma que está preparada para este cargo atendo ao seu passado, atendendo ao que conseguiu ao longo da sua vida profissional. Quando temos bons colaboradores, quando temos bons técnicos e quando sabemos gerir, quando nascemos muitas vezes para isso, logicamente que o resultado tende a ser o resultado do sucesso. O mais importante nesse tipo de cargos é acima de tudo uma pessoa ser competente, ser dedicada e, mais importante ainda, ter vontade de fazer diferente para melhor. Não tenho dúvidas de que é isso que vai tentar fazer. A minha questão que é simples, mas importante no meu entendimento, é o que a motivou a aceitar este cargo, ou seja, qual é a sua principal motivação?

Por fim, usou da palavra o senhor deputado Carlos Silva: para referir que há uma notícia do dia 9 de março de 2022 (RTP-Açores) que diz que funcionário da Portos dos Açores queixa-se de atentado à liberdade de expressão. Este é um bom exemplo daquilo que referi e, obviamente, que quando falei na necessidade de recuperar a paz social utilizei dados concretos, são factuais e conhecidos de todos. Era importante clarificar esta questão.

<https://video.alra.pt/Asset/Details/c739a8f2-2aec-4824-8d90-c2308b928dbc>

CAPÍTULO III

POSIÇÃO DOS PARTIDOS

- **Do Partido Social Democrata (PSD):**

O Partido Social Democrata vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

- **Do Partido Socialista (PS):**

O Partido Socialista abstém-se quer relativamente à indigitação, quer relativamente ao relatório.

- **Do Partido Chega (CH):**

O CHEGA vota favoravelmente o relatório e dá parecer desfavorável à indigitação.

- **Do Bloco de Esquerda (BE):**

O Bloco de Esquerda vota favoravelmente o relatório e abstém-se de se pronunciar relativamente às pessoas indigitadas, uma vez que essa é uma responsabilidade do Governo Regional.



- **Do Partido Popular Monárquico (PPM):**

O Partido Popular Monárquico vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

- **Do Partido Iniciativa Liberal (IL):**

A Iniciativa Liberal vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza da audição realizada, a Comissão Especializada Permanente Economia deliberou, por maioria com os votos a favor do PSD, CHEGA, BE e IL e com voto de abstenção do PS, na reunião de 18 de junho de 2024, aprovar o presente relatório.

Velas, 20 de junho de 2024.

O Relator

Paulo Silveira

O Presidente

Paulo Simões